

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Nota.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	2
Título: Derretendo.....	2
Título: O Brasil na Rússia e na Noruega	3
VEÍCULO: Correio Braziliense	4
Título: TCU quer limitar salários nas estatais	5
VEÍCULO: Valor Econômico	6
Título: Distribuidoras preveem demanda para leilão de energia nova.....	6
Título: Alemanha critica sanção dos EUA que afeta gasoduto russo	8
Título: Um novo modelo para o velho setor elétrico	10
Título: Destaques	13
Título: Abengoa aguarda proposta vinculante.....	13
Título: Mercado vê risco em tentativa de privatizar Cesp	15

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado / colunas**Autor:** Maria Cristina Frias**Título:** Nota

Prato repetido

No Brasil, os estabelecimentos comerciais com clientes mais fiéis são os restaurantes, seguidos de postos de gasolina, segundo um estudo da Visa, com base no uso de cartão de crédito no primeiro trimestre de 2017.

Os fregueses considerados fiéis fizeram três ou mais compras no mesmo local no período de janeiro a março.

"Traçamos esses padrões para ajudar os clientes a ganhar recorrência", afirma Rodrigo Santoro, diretor da Visa Performance Solutions.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia / colunas**Autor:** Celso Ming**Título:** Derretendo

Nesta quinta-feira, a Petrobrás reduziu novamente os preços dos combustíveis, mas é pouco quando se leva em conta o que acontece com os preços internacionais do petróleo.

Neste ano (até ontem), as cotações do tipo Brent caíram 20,15%. Apenas em junho, a queda foi de 7,96%. Enquanto isso, os preços internos dos diesel cederam 1,3% e os da gasolina, 4,8%.

Até há pouco mais de um ano, as tarifas dos combustíveis eram parte da bagunça da política econômica do governo Dilma, que fazia política anti-inflacionária com base no represamento dos preços administrados, entre os quais estão os dos combustíveis. Mas, de maio de 2016 até agora, há mais racionalidade nos critérios adotados. Baseiam-se em três parâmetros: cotações internacionais do petróleo e dos derivados, preços internos da moeda estrangeira e participação da Petrobrás no mercado. Não se conhece a proporção desses critérios no cálculo final.

Enquanto os preços internos se mantiveram artificialmente achatados, a Petrobrás perdeu clientes. Grandes varejistas importaram por conta própria, alguns com a vantagem adicional de fugir do pagamento de impostos,

especialmente do ICMS, uma vez que este é recolhido na refinaria, antes das vendas ao consumidor, pelo mecanismo de substituição tributária. Entenda-se: na prática, o combustível importado não passa por refinaria nacional.

No momento, o fator mais relevante é a derrubada dos preços internacionais. Desde maio de 2016, o cartel da Opep (que detém entre 35% e 40% da oferta) mantém a decisão de cortar 1,8 milhão de barris diários da sua produção.

Essa redução de preços ficou inevitável diante da falência da estratégia anterior da Arábia Saudita. Explicando melhor: a Opep decidiu deixar que em 2014 os preços despencassem dos US\$ 100 por barril (de 159 litros) para os atuais US\$ 45, na expectativa de que os produtores, que então operavam a custos altos, abrissem o bico e fossem alijados da parada. Aconteceu o contrário, os produtores de óleo e gás de xisto dos Estados Unidos, o maior alvo da operação, trataram de derrubar seus custos e continuaram a azucrinar a Opep.

A queda forte dos preços, a despeito da manutenção dos cortes de oferta promovidos pela Opep, aconteceu porque a produção fora da Opep continuou a subir. O relatório de junho da Agência Internacional de Energia avisa que, ao final deste ano, apenas a produção dos Estados Unidos será 920 mil barris diários mais alta do que a de 2016, e a de 2018 crescerá mais 780 mil barris diários. Só essa parcela equivale a todo corte de oferta produzido pela Opep. E, em 2018, países de fora da Opep devem produzir mais 720 mil barris diários.

As projeções da demanda em 2018 são mais fáceis de calcular do que as da oferta, porque nesta há o jogo da Opep, que abre e fecha as válvulas, a alta capacidade de aumento de produção do setor de xisto e os novos produtores que avançam no mercado com um dinamismo inesperado. Os estoques subiram à proporção de 360 mil barris diários nos primeiros cinco meses de 2017. É um panorama de alta incerteza que, no momento, se traduz em forte baixa das cotações, que só a alta do PIB global parece capaz de inverter.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Michel Temer

Título: O Brasil na Rússia e na Noruega

Visitarei na próxima semana a Rússia e a Noruega. Meus compromissos incluirão reuniões com o presidente Vladimir Putin, em Moscou, e com o rei Harald V e a primeira-ministra Erna Solberg, em Oslo. Nas duas capitais, falarei também a investidores sobre o momento de modernização econômica que vive o Brasil – momento de responsabilidade fiscal, de maior racionalidade e de mais segurança jurídica. Apresentarei as oportunidades de negócios que daí decorrem, em

especial no âmbito do programa Crescer. Uma vez mais, porei a diplomacia presidencial a serviço das prioridades dos brasileiros: o crescimento econômico e a geração de empregos.

Com o respaldo indispensável do Congresso Nacional, estamos levando adiante reformas que não se viam no Brasil há muitos anos. Os resultados já aparecem: pusemos a inflação novamente sob controle, criamos as condições para a queda consistente dos juros, deixamos para trás a recessão. Mas ainda há muito por fazer. E nessa empreitada a política externa desempenha papel de relevo. A reconstrução do Brasil passa, necessariamente, por uma maior e melhor integração ao mundo.

A primeira etapa da viagem será a Rússia, potência incontornável do cenário internacional. Lá, nossa agenda de captação de investimentos partirá do forte interesse de investidores russos na área de energia. E iremos além: exploraremos possibilidades, igualmente, em empreendimentos de ferrovias, portos e outros domínios de infraestrutura. (...)

Com a Noruega temos relação duradoura em tema crucial para a sociedade brasileira e para todo o mundo: o meio ambiente. O Brasil é uma potência ambiental. Somos parte da solução para os problemas ambientais de escala global. E no desafio do desenvolvimento sustentável a Noruega é nossa parceira de primeira grandeza. Esteve na origem do Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e mantém-se como o maior financiador da iniciativa.

A Noruega já aportou ao Fundo Amazônia R\$ 2,8 bilhões. Hoje são 89 projetos em áreas como combate ao desmatamento, regularização fundiária e gestão territorial e ambiental de terras indígenas. São projetos geridos com transparência e com a participação dos governos dos Estados amazônicos e da sociedade civil. Reafirmaremos às mais altas autoridades norueguesas o significado que atribuímos a nossa atuação conjunta no fundo.

Esse país escandinavo é, também, o oitavo maior investidor estrangeiro no Brasil, com marcada presença no setor de energia. O novo marco regulatório brasileiro, mais previsível e seguro, tem despertado particular interesse entre empresários noruegueses. Estamos empenhados em atrair novos investimentos. (..)

Em Moscou e em Oslo terei intensa programação. Fortaleceremos os laços de amizade e de cooperação que unem brasileiros e russos, brasileiros e noruegueses. Amizade fundada na admiração e no respeito recíprocos e cooperação voltada para o desenvolvimento e o bem-estar de nossos povos.

Seção: Economia**Autor: Simone Kafruni****Título: TCU quer limitar salários nas estatais**

As estatais terão de disponibilizar na internet os salários de todos os funcionários, como ocorre hoje com os órgãos da administração direta. O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a abertura de auditoria na folha de pagamento de todas as empresas públicas para investigar se as companhias obedecem ao teto constitucional. Pela Constituição, a remuneração dos servidores não pode exceder os vencimentos mensais dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje em R\$ 33.763.

O órgão de controle quer um levantamento detalhado para apurar, inclusive, adicionais por função comissionada nas composições salariais. A comunicação, feita em plenário pelo ministro Walton Alencar Rodrigues, ainda será avaliada pela Corte informou a assessoria de imprensa do órgão. O ministro Bruno Dantas, no entanto, destacou ter proposto, junto com a auditoria, quem for sorteado relator que analise a possibilidade de dar uma cautelar determinando a imediata disponibilização na internet dos salários de todos os funcionários de estatais.

“Eu falei que o decreto que regulamentou a Lei de Acesso à Informação (LAI) estabeleceu essa divulgação como forma de transparência ativa. Porém, não há certeza de que as estatais estão cumprindo”, disse Dantas. “Por isso, propus que o relator verifique quem não está cumprindo. O problema dos supersalários começa pela pouca transparência. Geralmente, o órgão esconde salários muito elevados para não chamar a atenção”, acrescentou o magistrado.

Decreto

Estatais e empresas públicas de economia mista, como o Banco do Brasil e a Petrobras, praticam salários muito maiores do que o teto constitucional, sobretudo, para os cargos de diretoria. O fundador e secretário-geral da Contas Abertas, Gil Castello Branco, explicou que a Lei 12.527, de 2011, é muito clara e inclui todas as estatais. “No entanto, o decreto (7.724/2012), que foi assinado meses depois, justamente por conta da pressão das estatais para não serem incluídas na lei, sugere que empresas públicas não são obrigadas a se adequar”, ressaltou.

Castello Branco questiona se a varredura determinada pelo TCU será em todas as estatais ou apenas nas dependentes do Tesouro Nacional. “Algumas empresas têm orçamento próprio ou são de economia mista. A alegação delas é de que, se os salários forem limitados ao teto, vão perder mão de obra qualificada. Esses são os argumentos de grupos como Eletrobras, Petrobras e Banco do Brasil”, afirmou.

Para o especialista, os contribuintes têm o direito de saber quanto as empresas públicas pagam. “O fato é que, até hoje, a transparência nelas é inexistente. Quando muito, se sabe o total gasto com a folha de pagamento, o que não dá condições de uma análise de comparação com valores de mercado, de cargos e carreiras ou mesmo com a administração pública direta”, afirmou.

Não à toa, os maiores escândalos de corrupção do Brasil têm uma estatal incluída, assinalou Castello Branco. “Mensalão nos Correios e no Banco do Brasil; Petrolão na Petrobras. A ingerência política, grandes orçamentos e a falta de transparência das estatais são o paraíso para a corrupção”, alertou. Para ele, a tentativa do TCU é “extremamente válida”. “Estamos falando de empresas que movimentam juntas, inclusive, as do sistema financeiro, durante um ano, entre usos e fontes, como empréstimos e verbas da União, R\$ 1,3 trilhão. Isso é o PIB (Produto Interno Bruto) da Argentina”, comparou. (...)

Regimes diferentes

A assessoria de imprensa da Caixa Econômica Federal informou que a empresa é pública, emprega por meio de seleção por concurso público, mas o regime é a CLT e os salários de diretores, vice-presidentes e presidente são competitivos com o mercado. A assessoria do Banco do Brasil afirmou que o banco não segue o teto constitucional por ser uma sociedade de economia mista. Os Correios, a Petrobras e a Eletrobras foram procuradas, mas não responderam.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia

Título: Distribuidoras preveem demanda para leilão de energia nova

As distribuidoras de energia calculam a necessidade de contratação de novos projetos de geração para 2022, indicando a realização de um leilão do tipo A-5 (com entrada em operação em até cinco anos) ainda neste ano, depois de dois anos sem grandes novas contratações. Antes disso, o governo deve fazer também um leilão de energia existente, a fim de esgotar o uso da garantia física já instalada, sem onerar os consumidores com novos projetos de geração.

A realização de um leilão de energia de reserva (LER), porém, continua sendo vista com receio pelas principais entidades do setor elétrico, além da resistência dentro do próprio governo quanto à necessidade do certame.

Recentemente, o secretário de planejamento e desenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Eduardo Azevedo, disse que haverá leilão de reserva ainda em 2017, possivelmente em setembro. A justificativa seria tanto

o atendimento de uma "política industrial", voltada para o fornecimento de máquinas e equipamentos para geração eólica e solar, quanto sinais que indicam a necessidade de novos projetos de geração, após cancelamento de muitos contratos.

"Nossa opinião é que a contratação de energia nova deve ser feita com base na necessidade de mercado. Ou seja, se não houver demanda, não faz sentido contratar e onerar os consumidores com isso", afirmou Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

Segundo dados coletados pela Abradee, haverá demanda para um leilão A-5 neste ano, para entrega a partir de 2022. A associação estima que as distribuidoras têm 98% da demanda projetada para 2017 já atendida. Para chegar em 102%, que é considerado um índice mais seguro, as distribuidoras contratariam mais cerca de 1,8 gigawatts (GW) médios no leilão deste ano. A contratação de projetos, contudo, dependeria da declaração de demanda pelas distribuidoras, não de uma política de governo voltada para um segmento específico.

Em evento no início da semana, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso, explicou que o ideal seria a realização de um leilão de energia existente antes de tudo, para que o excedente dos projetos em operação possa ser aproveitado pelas distribuidoras.

A possibilidade surgiu com a Lei 13.360, de conversão da MP 735, que flexibilizou as datas de leilões e permitiu que sejam feitos certames de energia existente com prazos variados. Decreto do Ministério de Minas e Energia deve ser publicado em breve regulamentando esses leilões.

No caso dos leilões de energia de reserva, Barroso lembrou que a necessidade é calculada de forma técnica, dependendo se é preciso comprar novos projetos para garantir a conciliação entre a garantia física do sistema.

O problema na contratação da energia de reserva sem necessidade é que isso vai onerar os consumidores, por meio do encargo de energia de reserva, explicou Edvaldo Santana, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). "Vai acabar sendo um subsídio, porque se contrataria uma energia desnecessária. Se há sobra de garantia física, não precisam de reserva", disse Santana.

Outra questão que afeta o planejamento de leilões, principalmente de reserva, é a questão da margem de escoamento. Barroso lembrou que as restrições atuais de escoamento devem perdurar até 2022 ou 2023, devido ao atraso na

construção de linhas de transmissão, como as da Abengoa, cujas obras estão paralisadas há quase dois anos.

Desde 2015, não há leilão de reserva ou certame que contrate um volume significativo de projetos novos de geração. Isso aconteceu por conta da redução brusca da demanda por energia, que fez com que as distribuidoras ficassem sobrecontratadas - ou seja, com sobras contratuais não remuneradas via tarifa.

Foram criados mecanismos para descontratar projetos, como o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Nova, que cancelou cerca de 1.300 MW médios em contratos permanentemente. Além disso, o governo cancelou o leilão de reserva programado para dezembro de 2016 e se prepara para implementar, até o fim de agosto, um mecanismo que vai permitir a descontratação de projetos de reserva, mediante o pagamento de uma contrapartida pelos geradores.

A revisão da garantia física dos projetos em operação também possibilitou uma redução de cerca de 1.300 MW médios no sistema.

Para grande parte dos agentes do setor elétrico, no entanto, isso não justificaria a realização de um leilão de reserva. "Isso me parece uma incoerência", disse Santana, lembrando ainda que o mecanismo de descontratação de reserva vai cancelar projetos mais baratos do que os que provavelmente serão contratados em seguida.

Segundo Santana, a Abrace não é contra a contratação de projetos de eólica e solar, uma vez que a indústria se instalou no Brasil e não pode ser abandonada. "Mas não precisa ser energia de reserva", disse. Uma possibilidade seria viabilizar projetos voltados para o mercado livre.

O presidente da Abrace sugeriu que o governo organize um leilão de renováveis voltado para o mercado livre, com contratos com duração entre 5 e 20 anos, e recursos do BNDES oferecidos na proporção inversa - mais recursos no prazo menor. Se o contrato no mercado livre vencer, essa energia passará para o mercado regulado, a um preço que será estabelecido também nesse leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Anton Troianovski e Emre Peker | Dow Jones Newswires

Título: Alemanha critica sanção dos EUA que afeta gasoduto russo

A Alemanha e a Áustria criticaram duramente ontem o plano do Senado dos Estados Unidos de impor novas sanções contra a Rússia, descrevendo-o como

uma tentativa ilegal de aumentar as exportações americanas de gás e de interferir no mercado de energia da Europa.

As sanções propostas pelo Senado representariam o fim de três anos de coordenação entre a União Europeia (UE) e os EUA na resposta à intervenção militar da Rússia na Ucrânia, disseram o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Sigmar Gabriel, e o premiê austríaco, Christian Kern, num duro comunicado conjunto. Após a repreensão europeia, senadores americanos votaram ontem, por 98 a 2, pelo avanço da medida, como parte de um pacote de sanções maior a Moscou.

Esse pacote imporia novas restrições a pessoas e empresas russas ligadas a abusos aos direitos humanos, vendas de armas para o governo sírio ou ataques cibernéticos mal-intencionados em nome do governo russo.

Mas o que irritou particularmente a Áustria e a Alemanha foi um artigo do projeto que permitiria ao presidente Donald Trump adotar sanções contra algumas companhias que participam da construção de dutos russos de exportação de gás.

"Não podemos aceitar uma ameaça de sanções extraterritoriais, ilegais pela lei internacional, contra empresas europeias que participam do desenvolvimento de fornecimento de energia", disseram Gabriel e Kern. "O fornecimento de energia da Europa é um assunto da Europa, e não dos Estados Unidos."

O projeto do Senado americano poderá ter um impacto sobre o gasoduto submarino Nord Stream 2, que está sendo construído pela e que dobrará a capacidade de exportação de gás da Rússia para a Alemanha. Um consórcio de cinco companhias europeias prometeu fornecer até € 4,75 bilhões (US\$ 5,3 bilhões) em financiamentos de longo prazo ao empreendimento apoiado pela Rússia.

Berlim e Viena apoiaram os esforços do Departamento de Estado dos EUA para mudar esse projeto de sanções, disseram Gabriel e Kern - num raro momento em que os europeus se mostraram de acordo com o governo Trump em uma questão de política externa.

O projeto de lei, acrescentaram eles, teria um impacto "muito negativo" sobre os laços entre a Europa e os EUA e prejudicaria os esforços do Ocidente para resolver a crise na Ucrânia. A cláusula do projeto estipulando que o governo americano "deveria priorizar a exportação de recursos energéticos dos EUA para criar empregos americanos" provocou a reação de Berlim e Viena.

"Isso não só será profundamente lamentável, com também vai afetar a efetividade de nossa posição no conflito da Ucrânia se não agirmos juntos e se

considerações irrelevantes, como os interesses econômicos nas exportações de gás, se sobrepuserem", disseram Gabriel e Kern.

Um porta-voz do Nord Stream 2 disse que o consórcio não vê, no momento, impactos ao projeto como resultado das sanções proposta. "O projeto deixa claro que o objetivo são os empregos americanos e projetos comerciais que estão sendo realizados à custa da prosperidade e de empregos na Europa", disse o porta-voz.

Autoridades da União Europeia não quiseram comentar o assunto ontem.

O projeto de lei, que ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados, foi uma forma de o Congresso se posicionar fortemente contra a Rússia, acusada de interferir nas eleições nos EUA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Renata Misoczki

Título: Um novo modelo para o velho setor elétrico

À primeira vista os rumores da edição de uma nova Medida Provisória com o objetivo de promover (mais uma) reforma do setor elétrico pode causar desconfiança, especialmente considerando o histórico dos últimos anos, a exemplo da tão malfadada MP 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013.

No entanto, tal reforma se faz necessária inclusive para reparar os efeitos da MP 579/2012 e dar ao setor novos rumos, sem os quais não se vislumbra melhora para o cenário dos anos vindouros. Normas mais simples e mais flexíveis são necessárias para que o setor possa se desenvolver e enfrentar os temas a ele pertinentes de forma a evitar o travamento do mercado e incentivar o seu desenvolvimento.

Durante o primeiro dia do Encontro Nacional do Setor Elétrico (Enase), que ocorreu em 17.05.2017, no Rio de Janeiro, ficou claro por parte do governo que a ideia é de fato promover a reforma por meio de uma Medida Provisória, tendo em vista a celeridade que o assunto demanda, especialmente considerando as alterações que poderiam ocorrer nos ministérios, com destaque ao de Minas e Energia, em decorrência das eleições do próximo ano.

Nada obstante, é necessário que os agentes distribuídos nos diferentes segmentos do setor elétrico se organizem e mantenham o tema em pauta independentemente do governo que aqui esteja. A relevância do assunto e grandes impactos a todos os brasileiros impõem que a busca de soluções não

cesse e ocorra como política de Estado digna da grandeza dos desafios que estamos a enfrentar.

Em que pese todos os recentes acontecimentos e rumores, não se pode admitir uma nova Medida Provisória às pressas, sem o devido debate, com a imposição de mudanças pelo governo que estanquem a crise atual, mas que poderão causar impactos relevantes no longo prazo. A participação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), além dos demais interessados, se mostram de alta importância.

Não obstante as ressalvas feitas, algumas medidas que já haviam sido anunciadas no início de maio aparentemente vêm em boa hora e prometem trazer benefícios ao mercado, como é o caso, por exemplo, da maior abertura do mercado livre, ainda que de forma parcial.

Atualmente o mercado consumidor está dividido entre consumidores cativos (residenciais/baixa tensão), os quais não têm opção de contratar livremente sua energia, consumidores especiais (demanda de 0,5Mw a 3Mw) e consumidores livres (demanda de pelo menos 3 Mw). A reforma pretende ampliar o segmento acabando com a figura do consumidor especial, diminuindo, assim, a barreira para entrada no mercado livre, cuja demanda mínima seria fixada em 0,5 MW.

Não se pode admitir nova MP às pressas, com mudanças que têm impactos relevantes no longo prazo

Apesar de ser vista com bons olhos, essa medida não impacta apenas o número de empresas que poderão se beneficiar das tarifas do mercado livre, mas afeta também as distribuidoras, que poderão perder ainda mais seu mercado consumidor, agravando as suas sobras de energia (sobrecontratação). E aqui, de imediato, se vislumbra espaço para maior amadurecimento das discussões.

Apesar da existência de outras medidas anunciadas para aliviar a sobrecontratação das distribuidoras, como é o caso do processo de "descotização", é fato que a onda de migração para o mercado livre contribui consideravelmente para o aumento das sobras das distribuidoras.

Caso realmente a figura do consumidor especial deixe de existir, reduzindo-se a demanda necessária para migração ao mercado livre, seria no mínimo recomendável que a Aneel revisitasse o que foi decidido ao final de abril/2017, quando entendeu que não devem ser considerados como sobrecontratação involuntária os montantes de energia decorrentes da migração de consumidores livre e especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Segundo a diretoria da Aneel, as situações particulares apresentadas pelas distribuidoras serão analisadas considerando-se o princípio do "máximo esforço"

previsto na regulação. Contudo, não há uma regra geral que de imediato forneça segurança a propósito do trato de tema, o que, dada a possibilidade de incremento nas migrações do mercado cativo para o livre, deve permanecer na pauta governamental.

Apesar do reconhecimento da sobrecontratação involuntária em decorrência da migração de consumidores para o ACL causar impacto na tarifa, não pode a distribuidora, invariavelmente, ter que arcar com eventual prejuízo que as sobras podem causar, uma vez não ter dado causa às mesmas.

Assim, se de fato a figura do consumidor especial deixar de existir, reduzindo-se a barreira de entrada para o mercado livre, se compreende ser dever da Aneel fixar alguns parâmetros concretos para facilitar o trâmite dos processos que vierem a discutir a sobrecontratação de energia perante a diretoria, até mesmo porque a tendência de migrações será inevitável e os pedidos das distribuidoras terão que ser atendidos com a devida brevidade e segurança, evitando-se que mais essa questão faça parte da tão falada judicialização do setor, que por vezes paralisou inclusive a Liquidação na CCEE.

Não se pode deixar de dizer que o setor passa sim por um período de grande judicialização, no entanto, não há como evitar o caminho do judiciário quando as regras são impostas e os efeitos impactam sobremaneira o mercado.

Muito tem se falado sobre a falta de diálogo e acordo entre os próprios agentes do mercado livre de energia e destes com os entes reguladores. É preciso ponderar, no entanto, que por acordo presume-se que ambas as partes farão concessões, chegando-se a um termo que atenda parcialmente cada um dos envolvidos. As partes, mesmo que parcialmente, precisam ceder.

Ainda, há que se dizer que não há como entender por "conversa", por exemplo, um procedimento em que boa parte do setor apresenta suas contribuições e questionamentos os quais, na maioria das vezes, não são levados em consideração. Há necessidade de haver mais que isso. Reuniões, debates, encontros e análises profundas de determinados assuntos são essenciais para que não sejam publicadas medidas inócuas que posteriormente não serão possíveis de se operacionalizar. É o que se espera com a razoável brevidade, apesar de tantas incertezas políticas.

Renata P. Rizzo Misoczki é advogada especialista na área Administrativo e Regulatório e sócia do escritório Souto Correa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Destaques**Norte Energia**

A Norte Energia, concessionária da usina de Belo Monte, esclareceu que as ações judiciais impetradas por terceiros limitando os efeitos do déficit hídrico (medido pelo fator GSF) geraram débitos da ordem de R\$ 590 milhões até a contabilização de abril deste ano. Segundo a concessionária, essas ações judiciais consumiram os créditos da Norte Energia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a colocaram em uma posição devedora. Isso, porém, não permite classificá-la como inadimplente, "visto o caráter controverso dos valores em aberto", disse a companhia, em nota enviada ao Valor. O esclarecimento foi feito devido a reportagem publicada pelo Valor em 13 de junho, informando que a Norte Energia e uma hidrelétrica controlada pela China Three Gorges (CTG) representavam, sozinhas, 78% dos valores não pagos e protegidos por liminares que limitavam o GSF na liquidação de março, ou R\$ 1,244 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Abengoa aguarda proposta vinculante**

A Abengoa conseguiu suspender a assembleia de credores realizada na terça-feira, que será retomada apenas em 18 de agosto. Nesse período, a transmissora espanhola espera receber uma oferta vinculante pelos ativos operacionais, que deve servir de base para um leilão judicial.

Segundo Sérgio Savi, sócio da área de recuperação de empresas do Barbosa, Mussnich, Aragão Advogados (BMA), escritório que assessora legalmente a companhia no processo, há negociações avançadas com dois interessados pelos ativos operacionais, e um deles deve apresentar uma proposta vinculante nas próximas duas semanas. Ele, porém, não informou quem são os investidores interessados.

Empresas como a chinesa State Grid e a Taesa já declararam ter grande interesse nos ativos operacionais da companhia. A Equatorial, em parceria com o BTG Pactual, chegou a apresentar uma oferta não vinculante pelo pacote dos ativos operacionais e mais duas linhas de transmissão ainda em construção, que estão mais avançadas. O Valor apurou, no entanto, que os investidores perderam o interesse nos ativos não operacionais, e a oferta só deve envolver as linhas em operação.

A Abengoa tem 3.500 quilômetros em linhas de transmissão operacionais, além de outros nove ativos ainda em construção em diferentes fases, que somam 6.128 quilômetros. O destaque é uma linha de 1.816 quilômetros, que já teve 52% dos R\$ 2,343 bilhões em investimentos previstos aportados, e que vai escoar a energia gerada pela hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), até a região Nordeste.

Os advogados da Abengoa esperam receber a proposta vinculante pelos ativos operacionais em breve. O preço ofertado servirá de base para o valor mínimo dos ativos em um leilão judicial. Com isso, as alterações no plano de recuperação judicial proposto poderão ser protocoladas até o fim de julho, num prazo suficiente para que os credores analisem antes de votar em 18 de agosto.

"Estamos muito otimistas", disse Savi, se referindo ao recebimento da oferta e à aprovação do plano. A expectativa é que os recursos sejam pagos ainda neste ano, por volta de novembro, e repassados aos credores da companhia espanhola no Brasil.

Quanto aos ativos ainda em construção, o processo de venda deve demorar um pouco mais e não tem data estimada, uma vez que ainda envolve uma disputa judicial com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

No fim do ano passado, a Abengoa conseguiu uma decisão judicial obrigando a Aneel a recalcular a receita anual permitida (RAP) e os prazos dos ativos ainda em operação, para que esses possam ser relicitados, já que as condições contratuais atuais não foram consideradas atrativas por potenciais compradores.

A ideia da companhia espanhola é relicitare os ativos em um leilão dentro da recuperação judicial, mantendo as sociedades de propósito específico (SPEs) criadas para cada ativo. Dessa forma, credores e fornecedores terão seus contratos mantidos e terão a possibilidade de serem remunerados.

"Estamos convencidos que a licitação dentro da recuperação judicial é melhor para todos", disse Savi, lembrando que, desta forma, os investimentos já feitos pela Abengoa serão considerados, reduzindo o impacto para o consumidor em comparação ao cenário da caducidade das concessões.

A Aneel, no entanto, questionou a decisão, em uma tentativa de retomar os processos de caducidade dos ativos para relicitá-los de acordo com as regras de concessões vigentes no país.

A juíza Maria da Penha Nobre Mauro, da 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, que havia concedido a decisão, negou provimento ao recurso da Aneel. A agência reguladora, então, tentou entrar com um mandado de suspensão pedindo uma liminar no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que ainda não foi apreciado.

No pedido de liminar ainda não analisado, a Aneel alegou que a juíza da recuperação judicial afastou "toda uma regulação setorial" da própria agência, que tem a "atribuição exclusiva" de estabelecer a tarifa de energia elétrica e de realizar leilões. A agência disse ainda que o ato da Abengoa atinge diretamente os interesses do poder concedente, "que não terá como escoar toda a energia proveniente da hidrelétrica de Belo Monte, causando incalculável prejuízo aos consumidores finais".

Em resposta, os advogados da Abengoa acusaram a agência de má fé e alegaram que o mandado de segurança não é cabível, pela possibilidade de um recurso processual para atribuição de efeito suspensivo - que já foi impetrado pela Aneel e indeferido.

O Ministério Público Federal (MPF) arquivou um parecer sobre o pedido da Aneel, afirmando se tratar de uma "defesa pirotécnica" que, de forma "extremamente mal intencionada", tenta "tumultuar o processo", e recomendou que seja rejeitado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Mercado vê risco em tentativa de privatizar Cesp

Mais do que a redução do preço, a decisão do governo do Estado de São Paulo de não renovar antecipadamente as concessões da Cesp antes do processo de venda pode ter o efeito de reduzir o interesse de eventuais compradores, colocando em risco o sucesso desta quarta tentativa de privatização da elétrica.

Calculando essas incertezas em relação aos rumos da companhia, grandes bancos como Credit Suisse, UBS e Bradesco reduziram o preço-alvo das ações da companhia na quarta-feira, o que ajudou a derrubar o valor dos papéis da companhia. As ações preferenciais classe B (PNB) da estatal paulista recuaram 4,8% no dia, para R\$ 15,05.

A principal concessão da Cesp, a hidrelétrica de Porto Primavera, com 1.540 megawatts (MW) de potência, vence em 2028. O governo paulista consultou a União sobre a antecipação da renovação, mas considerou que as condições impostas para isso - pagamento de uma outorga proporcional ao caixa que seja gerado pela extensão - não valiam a pena.

Segundo os analistas Vinicius Canheu e Arlindo Carvalho, do Credit Suisse, as notícias prejudicam consideravelmente a ação da estatal, uma vez que a companhia perdeu uma fonte relevante de ganho de preço durante o processo

de venda. Eles cortaram o preço-alvo de R\$ 23 para R\$ 20, e rebaixaram a recomendação de compra para neutra. "No entanto, acreditamos que o processo deve avançar, pois ainda há valor a ser destravado nas mãos de um investidor privado", escreveram em relatório.

O Bradesco BBI também rebaixou a recomendação das ações da companhia de compra para neutra, e cortou o preço-alvo de R\$ 24 para R\$ 19. Segundo os analistas Francisco Navarrete e Bruno Arruda, as chances de sucesso na privatização da Cesp ficaram menores com a decisão.

"Além disso, a privatização da Cesp vai não apenas competir com as usinas que eram da Cemig e que devem ser relicitadas neste ano, mas também deve vir com alguns problemas, como a disputa ainda pendente sobre o valor não controverso da indenização da hidrelétrica de Três Irmãos, e os cerca de R\$ 3,4 bilhões em perdas possíveis registrados no balanço", escreveram os analistas do Bradesco BBI.

O UBS destacou que as chances de privatização ficaram muito menores. Apesar de manter a recomendação de compra, o analista Marcelo Sa cortou o preço-alvo das ações de R\$ 22 para R\$ 20, citando essas incertezas.

Outro problema para a companhia é que, nas condições atuais, a hidrelétrica segue exposta a fatores como o risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês). Se fosse renovada no regime de cotas de garantia física e potência, condição em que as hidrelétricas Jupia e Ilha Solteira, que eram da Cesp, foram relicitadas, o risco hidrológico seria alocado aos consumidores.

Esse pode ser um obstáculo suficiente para reduzir o interesse da China Three Gorges (CTG), apontada como principal candidata a ficar com a estatal paulista, por ter comprado Jupia e Ilha Solteira, além da Duke Energy, que no passado também havia sido da Cesp. O GSF tem sido um fator de preocupação pra a gigante chinesa, que está exposta nos contratos do mercado livre as antigas usinas da Duke e também na fatia descontratada de Jupia e Ilha Solteira.

As usinas da Cemig, por sua vez, terão contratos de 30 anos e sem o risco hidrológico.

MME / ASCOM .